

GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR E SUA TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE DOIS MODELOS DE PRÁTICAS DE GESTÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DA AUTONOMIA DOS EDUCANDOS ¹

Mísia Capistrano Silva- UVA²

Maria Neusita Tabosa- UVA³

Resumo

Este artigo é resultante de reflexões que vêm sendo feitas no Curso de Especialização em Gestão do Ensino Superior na Universidade Estadual Vale do Acaraú e da análise de duas experiências de gestão desenvolvidas no âmbito da escola pública no Município de Sobral (CE). É um estudo de caso de natureza científica e abordagem qualitativa, versando sobre a análise de dois modelos de práticas de gestão escolar, com o objetivo de identificar suas concepções, métodos e práticas pedagógicas, estabelecendo comparação entre ambos, à luz de alguns teóricos, como: Paulo Freire (2008), (Gadotti (2006), Luck (2010), dentre outros e a metodologia da pesquisa de campo realizada por meio de observações diretas e entrevistas semiestruturadas, envolvendo dois professores, quatro alunos, dois funcionários e dois pais de alunos. A conclusão deste estudo nos remete a entender que a gestão democrático-participativa gera ambientes de aprendizagem, vivência de afetos, construção de autonomia. Enquanto na gestão antidemocrática as relações de trabalho são tensas, as ações são isoladas e fragmentadas no interior da escola, prejudicando a formação da autonomia dos educandos.

Palavras-chave: Gestão democrática. Autonomia cidadã. Transformação social.

Introdução

A gestão educacional democrática e participativa, contribui para a formação de seres humanos autônomos, participativos e engajados na transformação social que, segundo os teóricos que deram suporte a este estudo, se faz na ação e reflexão, da própria prática e de suas experiências realizadas no contexto social. É através de experiências de natureza democrática e espaços de participação para o exercício da autonomia, que as pessoas desenvolvem suas concepções, métodos e práticas democráticas e democratizadoras, contrapondo-se à mera transmissão de informações e o cumprimento

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão e Docência na UVA.

²Discente do Curso de Pedagogia e Especializanda em Gestão e Docência do Ensino Superior na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: misiacapistrano@bol.com.br ³Docente, professora, Ms orientadora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. E-mail: neusita_tabosa@yahoo.com.br 12

de regras e normas que lhe são impostas no cotidiano de suas vidas, cujos resultados se expressam nos processos de formação humana e aquisição de competências e habilidades para o enfrentamento dos desafios que se apresentam no cotidiano escolar. Tomando estas ideias como base destas reflexões, cabe-nos indagar: A quem interessa uma gestão antidemocrática ou democrática como forma de organização do trabalho na escola? A partir desta reflexão e da análise dos problemas que têm dificultado ou impossibilitado uma gestão democrática, podemos identificar as contradições e determinações, sobre a função da escola e/ou organização do trabalho pedagógico. Pensando assim, este estudo justifica-se pela relevância de suas reflexões a partir dos fundamentos teóricos que deram suporte às discussões aqui postas, ressaltando dentre outros, as contribuições de Freire (1989- 2002), Gadotti (2006), Apple (2004), Luck (2010), os quais defendem uma gestão educacional democrática e participativa, visando a formação de seres humanos autônomos e engajados na transformação social, pela práxis que, segundo estes autores, se faz na ação e reflexão, da própria prática e de suas experiências realizadas no contexto social.

O exercício da autonomia começa desde cedo. Isso requer dos pais e familiares conhecimento sobre os princípios que contribuem para o desenvolvimento da autonomia da criança. E, de igual modo, a escola que, comprometida com a formação integral dos educandos deve, necessariamente, desenvolver uma proposta educativa que promova o pensamento crítico e reflexivo, que desperte e cultive a curiosidade do educando. Entretanto, uma educação que tenha como objetivo ajudar o educando a praticar sua autonomia, a qual é construída no dia-a-dia da vida e das experiências realizadas em ambientes que tenham um clima organizacional favorável à participação e um espaço sociocultural interativo. Nesta compreensão, o objetivo deste estudo é analisar dois modelos de gestão escolar desenvolvidos numa escola pública no município de Sobral (CE), identificando suas concepções, métodos e práticas pedagógicas, estabelecendo comparação entre ambos os modelos, à luz de alguns teóricos e dos dados coletados numa pesquisa de campo de caráter científico e abordagem qualitativa.

Compreendendo, pois, democracia como prática caracterizada por flexibilidade, participativa na tomada de decisões e aberta às mudanças, à liderança compartilhada, marcada pela participação ativa da comunidade: discutindo, refletindo e interagindo como sujeito, neste espaço, desenvolvemos uma pesquisa de campo através de observações diretas nos espaços em que se dão os dois modelos de gestão, registrando em diário de campo o maior número de informações que foram possíveis coletar e entrevista semiestruturada, envolvendo dois gestores, sendo um de cada turno da escola investigada, dois professores, dois pais de alunos, dois funcionários e quatro alunos de uma mesma escola, caracterizando-se um estudo de caso.

De acordo com Vilabol (2008, p. 107), o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. “É uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico”. Neste caso, a metodologia adotada nesta pesquisa de campo, priorizou os registros oriundos de observações e entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos sujeitos investigados.

Portanto, este artigo está estruturado em tópicos, com abordagens específicas, porém articuladas entre si. O tópico 1, trata da sistematização de conceitos e práticas relacionadas à gestão do ensino superior, apresentando suas contribuições para o processo de formação dos profissionais da educação, com ênfase no educador\gestor e suas práticas educativas; O tópico 2 descreve as duas experiências de gestão da qual fez parte esta acadêmica especializanda, analisando-as e discutindo seus aspectos positivos e negativos a partir da tessitura teoria-prática e o tópico 3, apresenta as considerações finais deste estudo.

1. GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR, FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO EDUCADOR\GESTOR: CONCEITOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

O processo de democratização da sociedade contemporânea vem provocando mudanças na educação mundial nos últimos anos. Durante os últimos trinta anos observam-se movimentos, em todo o mundo, que conduzem a descentralização da gestão em múltiplos aspectos.

No Brasil, com o processo de luta em favor da redemocratização, instaurado nos anos 1980, reconheceu-se a importância da participação popular na gestão e no controle social das políticas públicas, para garantir a universalização dos direitos sociais, que promovam o exercício da cidadania. No campo da educação, o princípio da gestão democrática tornou-se um preceito constitucional, por ser uma exigência ética e política. Assim sustenta a participação da sociedade civil na definição, fiscalização e avaliação das políticas educacionais, implementadas pelos sistemas de ensino do país.

Em associação à descentralização, a autonomia da escola é dos conceitos mais mencionados nos programas de gestão promovidos pelos sistemas estaduais de ensino, como também em programas do Ministério de Educação, uma vez que neles está presente, como condição para realizar o princípio constitucional de democratização da gestão escolar. Isto porque a autonomia de gestão da escola, a existência de recursos sob controle local, junto com a liderança pelo diretor e participação da comunidade, são considerados os quatro pilares sobre os quais se assentam a eficácia escolar. (LÜCK, 2000, p. 19.).

Para permitir essa participação, tornou-se necessária a criação ou ressignificação de mecanismos institucionais de participação direta e representativa nos órgãos públicos envolvidos com a educação, como os órgãos colegiados: conselhos universitários, centros acadêmicos, departamentos e outros.

A democracia se faz com a observância da lei com a participação das pessoas. Parece pouco, mas é uma tarefa indispensável numa educação de cunho democrático, cuja ação é preciso oferecer espaço para aglutinar as pessoas na busca da participação efetiva.

A gestão democrática da educação, na complexidade do mundo atual, implica colocar a educação a serviço de novas finalidades a fim de se poder, na tentativa de superar tudo o que tem corroído a humanidade neste quadro de caos e de barbárie em que vivemos, construir um futuro mais compromissado com toda a humanidade (Ferreira, 2000, p. 172).

Nos tempos atuais, parece absurdo a concepção de uma gestão democrática que não esteja pautada na participação de sua comunidade escolar. Porém como destaca Paro (2002, p. 16), “por mais tautológico que isso possa parecer, o equívoco apontado parece estar mais presente do que se imagina, na teoria e na prática da administração das escolas”. É inegável a necessidade de mudança, mas são também inegáveis as inúmeras resistências no estabelecimento desse novo paradigma.

O entendimento coletivo de uma sociedade com suas potencialidades de auxílio de riquezas de diversidades são adquiridos pela participação, elemento-chave na ruptura definitiva de concepções reducionistas, que mascaram o poder como opressão. A escola é um espaço importante no processo de integração da comunidade porque veicula conhecimentos, os quais devem ser o resultado da recriação e da interação dinâmica do saber escolar associado ao saber que os alunos levam para a escola. Por isso é muito

importante que os pais dos alunos e a comunidade se integrem aos diversos espaços, participando do processo educacional. Essa participação propicia a criação do espaço do conhecimento comunitário, no qual a mídia, a televisão, as empresas e os cursos técnicos especializados diversificam o ambiente científico-cultural. Contudo, convém dizer que os que estão nos cargos de liderança é que são os responsáveis pelo processo de formação das equipes de trabalho e nas tomadas de decisões envolvendo toda a comunidade escolar e local.

A participação é uma grande aliada do poder que se estabelece de forma democrática, capaz de legitimá-lo: pelo seu exercício e efetivação conquista aliados engajados e corresponsáveis com as ações propostas, ao invés de possuir apenas seguidores submissos diante de um poder imposto.

LÜCK (2008) distingue cinco formas de participação com abrangência e alcance variados, indo desde a simples presença física em um contexto até o assumir responsabilidade por eventos, ações, situações e resultados. E afirma que “em decorrência dessa variação, o sentido efetivo da participação se expressa pela peculiaridade da prática exercida e seus resultados” (2008, p. 35). Assim por sua abrangência e seu poder de influência, a prática diferenciada da participação pode ser observada em diferentes contextos.

A participação é tipicamente praticada nas sociedades e organizações democráticas. Participar, no entanto, não significa simplesmente delegar a alguém poderes para agir em seu nome. Implica trabalhar com a pessoa na concepção das propostas definidas e assumir sua parte de responsabilidade pelos resultados desejados. É o caso da eleição para dirigentes escolares, onde professores, funcionários, alunos, pais de alunos recebem o direito de manifestar sua opinião sobre quem melhor teria condições de promover a gestão escolar, elegendo pelo voto, porém, sem adotar a correspondente responsabilidade do dever de sustentação do trabalho desejado e necessário. Dessa forma ela pode ser expressa como um arremedo de participação e como uma falsa democracia.

As tomadas de decisões, o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços no coletivo, promovendo a melhoria contínua e transformações necessárias dentro de um ambiente escolar onde, assim, a responsabilidade é compartilhada com todos, são

características de uma gestão democrática. Tem-se observado que dentro da escola esse tipo de participação tem aumentado no seu dia-a-dia.

LÜCK (2008) revela que, no entanto, essa prática está sendo muito mais usada para solução de problemas definidos pelo dirigente escolar onde os demais seguimentos deixam de ser envolvidos na análise de seu significado e desdobramentos. Não discutindo, muitas vezes qual o papel de todos e de cada um na vida da escola, que outros encaminhamentos poderiam ser adotados de modo a obter resultados mais significativos.

O colegiado pode, então, ser caracterizado como um órgão coletivo de decisões, capaz de superar a prática do individualismo e do grupismo, instalando-se como uma instituição eminentemente política, na medida em que agrega de cada um dos setores (escola e comunidade) os seus interesses específicos, que devem ser unificados em prol do projeto da escola. (ABRANCHES, 2003).

Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas. Ele vem associado a categorias como: união, trabalho conjunto, organização, integração, aproximação, ajuda e garantia de direitos.

Partindo dessa premissa, faz-se a democracia, por meio de ações práticas, uma vez que só se aprende fazer, fazendo, experimentando, errando e acertando, exigindo dos gestores escolares, o que Luck (2010, p. 115), denominou “liderança efetiva com o enfoque educacional”. Nessa mesma direção, esta autora afirma que:

A ausência ou falta de efetividade dessa liderança na escola permite que se forme em seu contexto uma cultura caracterizada por concepções e ações centradas em interesses pessoais e corporativos: por tendências imediatistas e reativas; por senso comum e conservador; por baixo sentido profissional e fraca orientação educativa...

A criação de ambientes educativos em que os gestores exercem o papel de liderança focada no desenvolvimento dos alunos, na participação de todos na escola, no exercício da democracia, mobiliza esforços e canaliza energias e competências,

promovendo a integração de processos e a realização de políticas e metas educacionais de interesses do coletivo escolar. É no processo coletivo de discussão que ocorre o repensar sobre a prática, onde os educadores se reconhecem como sujeitos e o pensar sobre essa prática implica em mudanças, em inovações para a práxis.

A constatação da existência de um significativo contingente de escolas públicas brasileiras, que ainda hoje, atuam como meras cumpridoras de dias letivos, repasse de conteúdos já prontos, acabados, pensados por pessoas estranhas à realidade dos alunos nelas matriculados, não atingem suas finalidades político-sociais; pelo contrário, impedem um ensino e uma formação humana de qualidade referenciada. A escola denomina-se democrática por favorecer vagas aos alunos, focando seu trabalho na preparação e condução dos educandos para aprovação no vestibular ou para o mercado de trabalho em nível de ensino médio por meio de cursos técnicos.

Segundo Rios (2003, p. 91) é tarefa da escola “desenvolver capacidades, habilidades e isso se realiza pela socialização dos conhecimentos, dos múltiplos saberes”. Por isso, os conteúdos transmitidos, construídos ou socializados na escola necessitam fazer sentido para a construção do ser humano e para o seu desenvolvimento. Portanto, a democratização escolar ocorrerá não só pela garantia de acesso a escola, mas como também a permanência e o sucesso dos alunos, para que isto aconteça faz-se necessário muito mais que transmitir, é preciso construir e produzir conhecimentos vivos, dinâmicos e atuais, sem deixar de lado o conhecimento prévio e os interesses de cada um. Afinal, a educação necessita de competências políticas, técnicas e estética em prol do desenvolvimento humano e do bem comum. E a escola deve ser reconhecida como lugar social, de se viver, experimentar e construir o verdadeiro conhecimento.

Os conteúdos transmitidos, construídos ou socializados na escola necessitam fazer sentido para a construção do ser humano e para o seu desenvolvimento. Entretanto, a democratização escolar ocorrerá não só pela garantia de acesso a escola, mas como também a permanência e o sucesso dos alunos, para que isto aconteça faz-se necessário muito mais que transmitir, é preciso construir e produzir conhecimentos vivos, dinâmicos e atuais, sem deixar de lado o conhecimento prévio e os interesses de cada um. É através de uma educação de qualidade referenciada socialmente que a escola

constrói competências políticas, técnicas e estética em prol do desenvolvimento humano e do bem comum. E, para isso, a escola deve ser reconhecida como lugar social, de se viver, experimentar e construir o verdadeiro conhecimento e as relações sociais democráticas.

2. DUAS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

De acordo com os dados obtidos a partir dos discursos verbalizados pelos sujeitos entrevistados e as observações feitas, compreendemos que, ao ingressarem na escola, os educandos e seus pais esperam que tenham um bom desenvolvimento humano, tenham acesso facilitado aos novos conhecimentos, sobretudo àqueles valorizados pela sociedade. Que a criança cresça sabendo o significado de ser livre, sem ser indisciplinado, que aprenda a criar, brincar com objetos, sem agredir ninguém. Assim, esta pesquisa foi capaz de captar as manifestações dos entrevistados, mas foram descritas somente parte delas neste estudo, por limitação de suas normas. Assim, segundo os sujeitos pesquisados, ao adentrarem na escola:

As crianças são condicionadas a deixar todas essas capacidades, habilidades, desejos e interesses fora das salas de aula, para se limitarem ao processo de padronização das atividades que a escola considera importantes. Entretanto, a criança tratada dessa forma perde, sua autonomia, criatividade, espontaneidade, dentre outros aspectos fundamentais para um desenvolvimento humano saudável (**Sujeitos Entrevistados, 2013**).

De acordo com a literatura consultada para a construção deste trabalho, a participação gestada no ambiente escolar deve favorecer a formação da consciência política em favor da construção de uma cultura de cidadania, por meio da participação. A gestão escolar que pretende desenvolver uma ação democrática através da participação de todos, deve promover um clima escolar motivador e mobilizador de vontades e compromissos em função da qualidade do ambiente escolar, da formação para a autonomia e uma aprendizagem integral de todos que nela estudam, trabalham, constroem experiências.

Embora o sistema escolar brasileiro ainda seja autoritário, resultado de algumas décadas em que a formação tem sido deturpada, a escola com estruturas tradicionais, através de seus métodos autoritários, tem contribuído para retardar as tentativas de mudanças, cumprindo apenas o papel de órgão ideológico e de conservação das estruturas sociais. Neste sentido, Paro (2005), em um dos seus estudos sobre administração e gestão, afirma: “o que temos hoje é um sistema hierárquico que pretensamente coloca todo o poder nas mãos do diretor” (p.11).

De igual modo, essa mesma literatura observa que:

(...)que os profissionais que saem da Universidade, muitas vezes, não estão preparados para se depararem com as situações rotineiras da escola, pois em algumas destas situações a teoria se distancia da prática e em outras, os profissionais não conseguem associar as teorias ali estudadas com a prática e a vivência do contexto escolar(PIBID, 2009\2010).

Nesta perspectiva, esta mesma literatura propõe que as universidades brasileiras cuidem para que os licenciandos da formação inicial e continuada contribuam para a melhoria da qualidade do ensino e da gestão educacional, através da reflexão e mudança de suas concepções, métodos e práticas pedagógicas, visando à formação de pessoas para o exercício democrático da cidadania, com vistas à transformação socioeducacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos revelam que a gestão democrático-participativa gera ambientes de aprendizagem, vivência de afetos, construção de autonomia. Enquanto a gestão antidemocrática as relações de trabalho são tensas, as ações são isoladas e fragmentadas no interior da escola. Embora a escola apresente tendência a reproduzir as tensões e forças nas relações de poder e, na própria organização do trabalho pedagógico, devido à contradição imposta pelo capitalismo, não há como negar sua importância no contexto da sociedade.

Por isso, tanto a universidade quanto à escola, podem contribuir para o processo de formação de valores considerados desejáveis e, ao mesmo tempo, desenvolverem

práticas educativas capazes de compreenderem a diversidade e complexidade das situações cotidianas, orientando os futuros docentes, gestores e os próprios educandos que com eles trabalham, à vincularem-se à liberdade, autonomia, desenvolvimento do espírito crítico, iniciativa, responsabilidade, cooperação, solidariedade, tolerância, enfim a cidadania.

Acreditamos que o processo democrático se realiza e se sustenta mediante a ação educativa orientada para a ordem democrática. Participação decisória, prática dialógica, tolerância são aspectos imprescindíveis ao exercício da democracia, seja ela no âmbito sociopolítico, seja no institucional, mediante a ação educativa orientada para a ordem democrática, participação decisória, prática dialógica e tolerância são aspectos imprescindíveis ao exercício da democracia, seja ela no âmbito sociopolítico, seja no institucional.

Quando falamos em educação para a autonomia é essencial que falemos em política. Autonomia não é auto-suficiência, ela acontece na ação no mundo e relacionamentos com os outros sujeitos, portanto, envolve a dimensão política. Autonomia também implica na realização dos próprios projetos pelos quais o ser humano se faz a si e ao mundo, numa ação criadora e recriadora. É por meio da ação política que condições sociais mais favoráveis ou desfavoráveis para a realização da autonomia são estabelecidas. Para Freire (2000b, p. 43), uma das tarefas primordiais da pedagogia crítica radical. Para tanto, a educação deve levar em conta a vida como um todo, nos seus aspectos éticos, estéticos e sociais, como sugere Paulo Freire ao afirmar que: a educação como um "fazer político transcende a sala de aula e se projeta para os grandes problemas vividos pela humanidade, sobretudo os problemas gerados pelas diferentes formas de opressões".

A pedagogia freireana traz consigo a utopia de construir e aperfeiçoar a democracia. Sua concepção de democracia é de um Estado que se recuse a posições autoritárias e licenciosas respeitando realmente a liberdade dos cidadãos, não abdicando de seu papel regulador das relações sociais.

Portanto, a formação da vontade dos cidadãos é fundamental para uma democracia verdadeira. A democracia repousa sobre a formação da vontade de cada indivíduo, a escolha dos representantes supõe que cada indivíduo seja capaz de fazer uso de seu próprio entendimento, que cada um seja capaz de uma decisão consciente e autônoma. A democracia supõe que seus membros possam ser capazes de tomar

decisões numa condição de autodeterminação e autonomia. Por isso, a democracia é uma forma de organização política que respeita a dignidade e autonomia dos sujeitos. Neste sentido, defendemos que a educação difundida nas diversas instâncias, ou seja, na universidade e nos espaços escolares, procurem formar seres humanos para a autonomia, democracia, na perspectiva de construção de uma sociedade justa, em que todos tenham igualdade de acesso aos bens culturais, bens materiais, às oportunidades de participação e definição de projetos sociais voltados para o bem comum.

Nesse entendimento, a gestão democrática na escola vista como uma estrutura que organiza pessoas com suas funções definidas em um conjunto de propriedade de competências para alcançar seus objetivos, deve responder as necessidades pela humanização das novas gerações e, dar visibilidade à cultura que se refere aos conhecimentos científicos, áreas de conhecimento na construção da história de bens materiais e espirituais no processo da prática educativa.

É no fazer pedagógico que os sujeitos recuperam e/ou confirmam sua identidade, função e consciência crítica/reflexiva frente às diversas e complexas problemáticas educacionais. Dessa maneira, é possível viabilizar a construção de uma escola onde preceitos de autonomia e de democracia sejam redefinidos e assumidos pelos componentes de quem dela fazem parte.

4. REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Escolas Democráticas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. DAVIS, Claudia. et al; VIEIRA, Sofia Lerche (Org). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes e práticas docentes**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 2006.

HERNÁNDEZ, Fernandes. Et al. **Aprendendo com as inovações nas escolas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MELLO, Lucrecia S. **Pesquisa interdisciplinar**: um processo em construção. Campo Grande, MS: Ed UFMS, 2004.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza e ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Orgs). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SILVA JUNIOR, João dos Reis e Ferretti João César. **O Institucional, a Organização e a Cultura da escola**. São Paulo: Ed. Xamã, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

¹Discente do Curso de Pedagogia e Especializanda em Gestão e Docência do Ensino Superior na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: misiacapistrano@bol.com.br

²Docente, professora, Ms orientadora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. E-mail: neusita_tabosa@yahoo.com.br 12